

FEAM

PROTOCOLO Nº 076/43/2002

DIVISÃO: DIQUA 17/12/02

VISTO: *[assinatura]*

FL Nº 25

Parecer Técnico DIQUA Nº 369/2002

Processo COPAM N.º 1892/2002/001/2002

**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

### PARECER TÉCNICO

Empreendedor: <b>CAFÉ UTAM LTDA.</b>	
Empreendimento: Unidade industrial – Torrefação de café	
Atividade: Torrefação de Café	Porte: G
Endereço do empreendimento: Avenida Presidente Juscelino, nº 451	
Município: Piumhi/MG	
Referência: <b>AUTO DE INFRAÇÃO Nº1096 /2002</b>	Infração: gravíssima

### RESUMO

A empresa Café Utam S.A. tem como atividade a torrefação e moagem de café e está em operação, desde 1998, localizada no município de Piumhi/MG.

Em vistoria realizada em 14-8-2002, foi constatado que o grupo Utam S. A. consiste de duas empresas distintas: Galpão 1, Armazéns Gerais Ouro Verde Ltda, cuja atividade é a secagem, beneficiamento e estocagem; Galpão 2, Café Utam, com atividade principal de torrefação e moagem. O empreendimento operava sem a Licença de Operação.

O quadro operacional da empresa é composto por 91 empregados, operando em um único turno de segunda à sexta de 8 às 18h e aos sábados de 8 às 12h, sendo responsáveis por uma produção média de 128.640 kg/mês de café torrado e moído.

Na ocasião, por "deixar de atender a convocação para licenciamento ou procedimento corretivo, formulada pelo COPAM ou pelo órgão seccionais de apoio e prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licença de Operação", foi lavrado o Auto de Infração em 20-9-2002 nº 1096/2002.

Durante a vistoria realizada em 14-8-2002 foi entregue o FCE, que foi protocolado nesta Fundação em 16-8-2002.

A autuada apresentou defesa na FEAM em tempo hábil, porém, sob o ponto de vista técnico, o primeiro item do auto foi descaracterizado e o segundo item não apresenta conteúdo que descaracterize a infração cometida.

Desta forma, este parecer sugere a descaracterização da infração leve, deixar de atender a convocação ao licenciamento, e o indeferimento da defesa apresentada à infração gravíssima referente a operar sem licença.

Ressalta-se que em 30-10-2002 a empresa formalizou processo de Licença de Operação - LOC nº 01892/2002/001/2002, o qual encontra-se em análise técnica nesta Fundação.

Divisão de Indústria Química e Alimentícia – DIQUA		Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias – DIRIM
Autora: Maria Lúcia Alves Borges Técnica FUNDEP	Gerente: Consuelo Ribeiro de Oliveira	Diretora: Zuleika Stela Chiacchio Torquetti
Assinatura <i>[assinatura]</i>	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Assinatura: <i>[assinatura]</i>
Data: 17/12/2002	Data: 17/12/2002	Data: 18/12/02



## 1 – INTRODUÇÃO

O empreendimento Café Utam Ltda. está em operação no local no ramo de torrefação e moagem há 4 anos atuando na torrefação e moagem de café.

Em 14-8-2002 foi realizada vistoria no empreendimento. Na ocasião foi informado que essa unidade possui uma produção média de 128.640 kg/mês de café torrado e moído, e funciona de 8 às 18h de segunda à sexta e sábado de 8 até as 12h, com um quadro operacional composto por 91 empregados.

O controle da emissão atmosférica é realizado apenas por filtros. Os resíduos de embalagens são queimados em um queimador construído de chapas de aço, munido com chaminé. O efluente líquido sanitário é lançado na rede pública. Os gases provenientes do processo de torrefação e resfriamento são lançados na atmosfera em desacordo com a Deliberação Normativa COPAM Nº 011 de 16 de Dezembro de 1986.

Na ocasião, por “deixar de atender a convocação para licenciamento ou procedimento corretivo, formulada pelo COPAM ou pelo órgão seccionais de apoio e prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licença de Operação”, foi lavrado o Auto de Infração em 20-9-2002 nº 1096/2002.

Este Parecer analisa a defesa a esse auto, protocolada pela empresa em 14-10-2002.

## 2 – DISCUSSÃO

A empresa Café Utam Ltda. pede em sua defesa o arquivamento do Auto nº 1096/2002 alegando em síntese:

- A empresa foi autuada tendo como base o relato contido no Auto de Fiscalização referente à vistoria ocorrida em suas dependências no dia 14-8-2002. Conforme o artigo 16 do Decreto nº 39424/98, a fiscalização efetiva mediante levantamentos de dados e avaliações técnicas (inciso I) e, caso realmente seja constatada alguma transgressão à legislação ambiental (inciso II), que sejam lavrados, de imediato (inciso III), os respectivos autos de fiscalização e de infração. O Auto de Infração ocorreu no dia 17-9-2002, ou seja, 34 dias depois da vistoria e este lapso temporal seria suficiente para descaracterizar, o Auto de Infração.
- Em vistoria realizada em 14-8-2002, foi entregue o FCE - Formulário de Caracterização do Empreendimento, para ser preenchido e devolvido em 10 dias, em 16-8-2002, a empresa enviou à Feam o FCE devidamente preenchido.

Quando o Auto de Infração nº 1096/2002 foi lavrado foi realizada consulta nos arquivos e no sistema FEAM e não constava que o empreendimento teria protocolado o FCE, tendo em vista que a empresa protocolou o FCE em tempo hábil atendendo a convocação da FEAM, a parte do Auto de Infração referente a convocação ao licenciamento é descaracterizada.

Desta forma, a empresa apresentou argumentação técnica que descaracterize o item referente a atender a convocação, mas a empresa opera sem licença e não apresentou argumentação técnica, logo esse item do Auto de Infração está bem caracterizado.



Ressalta-se que em 30-10-2002 a empresa formalizou processo de Licença de Operação - LOC nº 01892/2002/001/2002, o qual encontra-se em análise técnica nesta Fundação.

### 3 – CONCLUSÃO

Sob o ponto de vista técnico, em sua defesa a empresa apresentou argumentação técnica que descaracterize o item referente a atender a convocação, no entanto, quanto a operar sem licença a empresa não apresentou justificativas que cancelem a infração cometida que resultou na lavratura do AI Nº 1096/2002.

Desta forma, este parecer sugere a descaracterização da infração leve, deixar de atender a convocação ao licenciamento, e o indeferimento da defesa apresentada à infração gravíssima referente a operar sem licença.

**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº	076933/2002
DIVISÃO:	AJU
MAT.: —	VISTO: Flórida

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE  
28  
FL Nº

Processo nº 1892/2002/001/2002

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 1096/2002

Apresentado por Café Utam S.A

## PARECER JURÍDICO

### 1) Relatório:

1 – A empresa Café Utam S.A, já qualificada nos autos, foi autuada como incurso no item 2 do §1º, e item 1 do §3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, por cometido as seguintes irregularidades, in verbis:

*“ deixar de atender a convocação para licenciamento ou procedimento corretivo, formulado pelo COPAM ou pelo órgão seccional de apoio e prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação.”*

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- o art. 16 do Decreto nº 39.424/98 determina que a fiscalização seja efetivada mediante levantamentos de dados e avaliações técnicas e, caso seja realmente constatada alguma transgressão à legislação ambiental, que sejam lavrados, de imediato, os respectivos autos de fiscalização e de infração;
- no caso em tela, a vistoria e a lavratura do Auto de Fiscalização ocorreram no dia 14-08-2002, sendo que o preenchimento do Auto de Infração só ocorreu em 17-09, ou seja, 34 (trinta e quatro) dias depois;
- segundo a norma acima, este lapso temporal seria suficiente para descaracterizar, por vício de forma, o AI nº 1096/2002, sendo desde já o requer;
- 02 (dois) dias após a vistoria e 08 (oito) dias antes do término do prazo estipulado, enviou o FCE devidamente preenchido, via fax, conforme orientação do próprio fiscal;
- em 20-08-2002 o órgão ambiental lhe enviou o Formulário de Orientação Básica, demonstrando que a FEAM recebeu sim o FCE de convocação ao licenciamento, em tempo hábil;
- é totalmente descabida a lavratura do Auto de Infração por “deixar de atender a convocação para licenciamento ou procedimentos corretivo...”
- desta forma, diante da inexistência do “fato constitutivo da infração”, conforme previsto no Decreto 39.424/98, o AI deverá ser descaracterizado;

*Amud*



feam

3 – O Parecer Técnico de fls. informa, em síntese, que sob o ponto de vista técnico a empresa apresentou, em sua defesa, argumentação técnica que descaracterize o item referente a “deixar de atender a convocação”; no entanto, quanto a “operar sem licença”, a empresa não apresentou justificativas que cancele a infração cometida.

## II) Conclusão:

Diante dos fatos e documentos apresentados pela defesa, entende esta Assessoria Jurídica que a infração “*deixar de atender a convocação para licenciamento ou procedimento corretivo...*” deverá ser descaracterizada, tendo em vista que a empresa apresentou o FCE, dentro do prazo instituído pela fiscalização.

Quanto à infração “*prosseguir atividade sem a Licença de Operação*”, a mesma foi devidamente caracterizada, não tendo sido, inclusive, objeto de qualquer questionamento por parte da defesa. Em razão disto, a empresa deverá ser penalizada, nos termos da legislação ambiental em vigor.


Cumpre, ainda, ressaltar que, a despeito da infração leve não ter sido caracterizada, não há qualquer vício formal capaz de ensejar a nulidade do Auto de infração. Em verdade, o artigo 16 do Decreto determina que a lavratura do AI ocorra de imediato, apenas “*ser for o caso*”. Caso contrário, o AI é lavrado em momento posterior, sendo enviado através de carta com AR, nos termos do parágrafo único do art. 24 do Decreto.

Por derradeiro, remetemos os presentes, recomendando o seguinte:

- **Diretor de Atividades Industriais e Minerárias da FEAM:** descaracterização da infração “deixar de atender a convocação para licenciamento ou procedimento corretivo”;
- **Câmara de Atividades Industriais do COPAM:** aplicação de uma multa de 50.001 UFIR's, com fulcro no art. 1º, inciso III, alínea “c” (infração gravíssima, porte grande do empreendimento), c/c art. 2º, §1º, inciso I, da DN/COPAM 27/98.

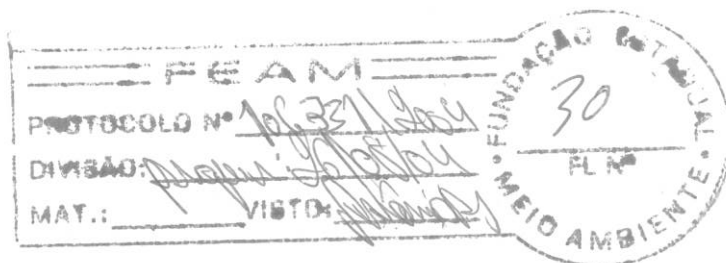
É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2002.

  
**Ana Paula Durães Rabelo**  
**Consultora FUNDEP**  
**OAB/MG 76.603**

**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE



Processo nº 1892/2002/001/2002

Ref.: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 1096/2002

Apresentado por Café Utam Ltda

### **ADENDO AO PARECER JURÍDICO**


Considerando que o empreendimento possui porte **médio**, segundo informações prestadas pela área técnica no verso de fls. 29; considerando a publicação do Decreto nº 43.127, em 28 de dezembro de 2002, as alterações dos dispositivos da Deliberação Normativa COPAM nº 27, de 9 de setembro de 1998, com a redação dada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64, de 11 de março de 2003, a Conclusão do Parecer Jurídico emitido em dezembro de 2002, passa a ser a seguinte:

**Por derradeiro**, remetemos os presentes autos, recomendando o seguinte:

- **Diretor de Atividades Industriais e Minerárias da FEAM:** descaracterização da infração leve "deixar de atender a convocação para licenciamento ou procedimento corretivo";
- **Câmara de Atividades Industriais do COPAM:** a aplicação de uma multa, no valor de R\$ 26.603,56, reduzida em até 50% pela obtenção da Licença de Operação (PA/COPAM Nº 1892/2002/002/2002 – Certificado LO nº 120, com validade até 17/2/2010), nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "b" (infração gravíssima, porte médio do empreendimento), c/c artigo 2º, §1º, inciso I, da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03, c/c §§4º e 6º, do artigo 21, do Decreto nº 39.424/98, alterado pelo Decreto nº 43.127/02;

È o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2004.

  
**Ana Paula Durães Rabelo**  
Consultora Jurídica  
OAB/MG 76.603